



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO *LATO SENSU* EM GESTÃO EDUCACIONAL**

**IMPLICAÇÕES DO AUXÍLIO PERMANÊNCIA NO
DESEMPENHO ESCOLAR DOS DISCENTES DO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA FARROUPILHA – CAMPUS
ALEGRETE**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

Adriele Machado Rodrigues

**Agudo, RS, Brasil
2013**

**IMPLICAÇÕES DO AUXÍLIO PERMANÊNCIA NO
DESEMPENHO ESCOLAR DOS DISCENTES DO INSTITUTO
FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
FARROUPILHA – CÂMPUS ALEGRETE**

por

Adriele Machado Rodrigues

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato Sensu* em Gestão Educacional, da Universidade
Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para
obtenção do título de
Especialista em Gestão Educacional

Orientadora: Prof^a. Maiane Liana Hatschbach Ourique

Polo Agudo, RS, Brasil

2013

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato Sensu* em Gestão Educacional**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Monografia de Especialização

**IMPLICAÇÕES DO AUXÍLIO PERMANÊNCIA NO DESEMPENHO
ESCOLAR DOS DISCENTES DO INSTITUTO FEDERAL
FARROUPILHA DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA –
CAMPUS ALEGRETE**

elaborada por
Adriele Machado Rodrigues

como requisito parcial para obtenção do título de
Especialista em Gestão Educacional

COMISSÃO EXAMINADORA:

Maiane Liana Hatschbach Ourique, Dra. (UFSM)
(Presidente/Orientadora)

Neila Pedrotti Drabach, Me. (UFSM)

Alexandra Silva dos Santos Furquim, Me. (UFSM)

Santa Maria, 30 de novembro de 2013.

RESUMO

Monografia de Especialização
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato Sensu* em Gestão Educacional
Universidade Federal de Santa Maria

IMPLICAÇÕES DO AUXÍLIO PERMANÊNCIA NO DESEMPENHO ESCOLAR DOS DISCENTES DO INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA – CÂMPUS ALEGRETE

AUTORA: ADRIELE MACHADO RODRIGUES
ORIENTADORA: MAIANE LIANA HATSCHBACH OURIQUE

Agudo/RS, 30 de novembro de 2013

Este trabalho analisa o desempenho escolar dos discentes contemplados pelo Auxílio Permanência, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha - Câmpus Alegrete/RS, no ano letivo de 2012. Esta pesquisa é de natureza qualitativa, do tipo documental, com revisão de literatura sobre o assunto e a aplicação de questionário. Realizou-se um diagnóstico do desempenho escolar e analisou-se a percepção dos discentes sobre a influência do Auxílio Permanência na qualidade de sua formação. Buscou-se ainda, verificar os efeitos desse benefício enquanto uma política pública de inclusão social desenvolvida pela Assistência Estudantil da instituição. Os resultados indicam que o Auxílio Permanência enquanto proposta de ação inclusiva apresentou influências significativas. Verificou-se que Auxílio Permanência contribui para custear o transporte de sua residência à instituição e outras despesas oportunizando condições de igualdade aos que se encontram em situação de vulnerabilidade social. Em relação à implicação do Auxílio Permanência como instrumento de garantia de um bom rendimento escolar, a maioria dos discentes consideraram que o recebimento do Auxílio Permanência não influencia no desempenho escolar. Os discentes apontaram o ensino fundamental ineficiente e a metodologia docente como os fatores que mais interferem nas dificuldades de aprendizagens e reprovações nas disciplinas. De acordo com análise das respostas do questionário, verifica-se a necessidade de realizar um trabalho pedagógico que fortaleça a relação professor-aluno para que ambos construam um espaço de formação emancipatória e transformadora.

Palavras-chave: Auxílio Permanência. Desempenho Escolar. Educação Profissional

ABSTRACT

Specialization Monograph
Course Postgraduate Distance
Specialization in Educational Management Sensu Lato
Universidade Federal de Santa Maria, RS Brazil

IMPLICATIONS OF THE MEASURE STAY IN SCHOOL PERFORMANCE INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA CÂMPUS ALEGRETE

**AUTHOR: ADRIELE MACHADO RODRIGUES
ADVISOR: MAIANE LIANA HATSCHBACH OURIQUE**

Agudo/RS, 30 de november, 2013.

This paper analyzes the educational performance of students contemplated by Permanence Assistance , Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Farroupilha, Câmpus Alegrete., in the academic year 2012 . This research is qualitative in nature, we used documentary research with a literature review on the subject and a questionnaire. We conducted a diagnosis of school performance and analyzed the perceptions of students about the influence of Permanence Assistance on the quality of their training . We sought to further verify the effects of this benefit as a public policy of social inclusion developed by the Student Assistance Institution . The results indicate that while aid Permanence action proposal inclusive presented significant influences . It was found that Assistance Staying contributes to afford transportation to your residence and other expenses the institution providing opportunities equal terms to those who find themselves in a situation of social vulnerability . Regarding the implication of permanence as a tool to help guarantee a good performance at school , most students felt that receiving Permanence Assistance not influence school performance . The elementary school students showed inefficient and teaching methodology as the factors that interfere with learning difficulties and failures in the disciplines. According to the results, there is a need for a teaching job that strengthens student-teacher relationship to both build an education space emancipatory and transformative.

Keywords: Aid Permanence. School Performance. Professional Education

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	06
CAPÍTULO 1 O CONTEXTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	09
1.1 A Educação Profissional no Brasil	09
CAPÍTULO 2 POLÍTICAS EDUCACIONAIS DE INCLUSÃO SOCIAL	13
2.1 A Inclusão Social na Rede Federal de Ensino	13
2.2 Ações da Assistência Estudantil e o Auxílio Permanência	15
CAPÍTULO 3 RESULTADO E ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES SOBRE O DESEMPENHO ESCOLAR DOS DISCENTES BENEFICIÁRIOS DO AUXÍLIO PERMANÊNCIA	18
3.1 Metodologia da Pesquisa	18
3.1.1 O beneficiário do Auxílio Permanência, suas expectativas e desafios	20
3.1.2 Discussão do desempenho escolar dos discentes inseridos no Programa do Auxílio Permanência.....	24
CONSIDERAÇÕES FINAIS	27
REFERÊNCIAS	53

INTRODUÇÃO

No Brasil diversos programas e políticas de inclusão social são desenvolvidos na rede pública de ensino com propósito de cumprir um dos princípios da educação disposto no Parágrafo I do Art.3º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB,1996), “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”.

A Rede Federal de Ensino vem ampliando as ações de inclusão social, principalmente através das políticas de assistência estudantil. A exemplo disso, em 2010 foi implantado o Programa Nacional de Assistência Estudantil- PNAES (BRASIL, 2010) .

O PNAES tem como finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal, reduzir as taxas de retenção e evasão e contribuir para a promoção da inclusão social pela educação, estendendo-se aos institutos federais, conforme Art 4º do Decreto 7.234/ 2010. De acordo com o programa, as instituições de ensino da rede federal devem executar ações que ofereçam assistência à moradia estudantil, à alimentação, ao transporte, à saúde, à inclusão digital, à cultura, ao esporte, à creche e ao apoio pedagógico.

Neste sentido, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha, Câmpus Alegrete/RS vem ampliando as ações de assistência estudantil. Uma dessas ações refere-se à disponibilização de auxílio aos discentes em situação de vulnerabilidade social sob a forma de pecúnia. O Auxílio Permanência é uma das modalidades de auxílio “destinado aos estudantes matriculados no IF Farroupilha, com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio” (INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA, 2012, p.1).

Considerando a perspectiva dessa ação, enquanto promoção da igualdade de oportunidades e a melhoria do desempenho escolar dos discentes, o presente trabalho realiza o seguinte questionamento: Qual a implicação do Auxílio Permanência no desempenho escolar dos discentes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha, Câmpus Alegrete/RS?

Neste sentido, para desenvolver o objetivo da pesquisa, pergunta-se: Qual o perfil do público atendido pelo Auxílio Permanência no Instituto Federal Farroupilha? Quais suas expectativas e desafios?

Para tanto, buscou-se conceitos sobre inclusão social no contexto das práticas escolares. Sob a luz de Arroyo (2010, p.1381) a inclusão social no que diz respeito às políticas educacionais deve compreender além dos fatores intraescolares e intrassistema. Para o autor questões sociais, econômicas, políticas, culturais, de gênero, etnia, campo, periferia condicionam a desigualdade educacional.

Neste contexto, estabeleceu-se o reconhecimento desses condicionantes no desenvolvimento das políticas de assistência estudantil. O que se conclui que esses fatores resultam na dificuldade do acesso à educação. Essa afirmação constitui-se numa hipótese que será analisada nesse trabalho.

Para maior compreensão dessa questão, realizou-se a identificação do contexto sociocultural em que estão inseridos os sujeitos da pesquisa, enquanto discentes da educação profissional.

Visando ao alcance do objetivo desta pesquisa, estruturalmente, o trabalho divide-se em três capítulos:

No primeiro capítulo, apresentou-se a educação profissional, sendo esse o contexto educacional dos sujeitos da pesquisa, todos matriculados nos Cursos Técnicos Integrado ao Ensino Médio, no ano letivo de 2012.

A educação profissional no país, de acordo com a sua trajetória histórica, apresentou a dualidade entre a educação básica e técnica, que por sua vez caracterizou-se pelo reflexo de uma sociedade dividida. Neste contexto o ensino promoveu uma inclusão que socialmente incluía os jovens nos cursos técnicos a fim de profissionalizar-se, mas não abrangia seus sonhos e a realização de um curso de nível superior, considerando que a formação técnica de nível médio, era aligeirada e de baixa qualificação (CANALI, 2009, p.27).

No segundo capítulo, tratou-se das políticas pública de inclusão social na rede federal de ensino, sob a perspectiva de uma política pública preventiva e atenta a diversidade político-cultural dos discentes, suas prerrogativas constitucionais do “direito à diferença” e do “direito à cidadania plural”, dentro do estatuto maior da autonomia. Ou seja, por um lado, é importante que essa política dê conta da diversidade constitutiva da nação – seus diversos “outros” –, valorizando e apoiando as especificidades e, por outro, que tenha o poder de alterar ou, pelo menos, amenizar a situação de desigualdade social, possibilitando igualdade de oportunidades. (DIAS, 2009, p.98).

No terceiro capítulo, apresentou-se a análise das respostas do questionário

aplicado a vinte e quatro beneficiários do Auxílio Permanência do ano letivo de 2012, em que se verificou o funcionamento do Programa do Auxílio Permanência na instituição, o perfil e as expectativas dos beneficiários, bem como a identificação dos fatores que interferem nas suas dificuldades de aprendizagens.

CAPÍTULO I

O CONTEXTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

1.1 A Educação Profissional no Brasil

A educação profissional no Brasil caracterizou-se historicamente pela divisão entre um ensino para o proletariado e outro para a elite. As escolas precursoras do ensino profissionalizante eram voltadas para o público economicamente desfavorecido, como o Liceu de Artes e Ofícios criado, em 9 de janeiro de 1858 e as escolas de aprendizes e artífices criadas em 1909 pelo Decreto nº7.566 que visava “habilitar os filhos desfavorecidos da fortuna”.

Além do enfoque assistencialista, o ensino profissionalizante teve sempre seu foco voltado para a qualificação da mão de obra de acordo com os interesses do mercado de trabalho e por muito tempo esteve totalmente desvinculado da formação intelectual.

Percebe-se que mesmo a partir das primeiras reformas do ensino técnico no país, persistiu essa distância. Embora com a expansão dos cursos técnicos através da implantação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e do SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial) a partir de 1942, que ofertou vagas para milhões de jovens no ensino profissionalizante, esses não promoviam a ascensão aos níveis elevados de ensino, apenas “restringia estes cursos aos ramos e profissões requeridos pela organização social” (CANALI, 2009, p.9). Dessa forma o ensino técnico apresentava uma concepção economicista, arraigada aos interesses capitalistas que fortaleciam a diferença entre uma educação para os trabalhadores e outra para a classe social dominante.

Os cursos profissionalizantes, portanto, eram destinados àqueles que não fossem seguir carreiras universitárias. Essa destinação deixa evidente que a formação da mão-de-obra manual e mecânica do aprender a fazer, era voltada aos jovens menos favorecidos social e economicamente, já que às elites cabia o ensino das ciências e humanidades para dar suporte às atividades intelectuais, o que as levaria ao ensino superior. (CANALI, 2009, p.20).

A primeira articulação evidente entre o ensino profissional e propedêutico ocorreu somente a partir de 1961 com a promulgação da Lei de

Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei 4.024/61). Conforme Art. 34, o ensino médio passava a ser ministrado em dois ciclos, o ginásial e o colegial e também passou a abranger os cursos técnicos. Assim as instituições profissionalizantes puderam equiparar seus cursos aos níveis de ensino fundamental e médio, também possibilitando aos alunos oriundos do ensino técnico a optarem pelo ingresso ao ensino superior (KUENZER, 1999).

De qualquer forma a educação profissional continuou a estar longe de uma formação integral e cidadã, visto que os fatores históricos e econômicos sempre influenciaram com maior força as políticas educacionais.

Em 1967, o mercado de trabalho sofria com a falta de mão de obra qualificada e especializada para as indústrias, assim as metas educacionais dessa época visavam à ampliação de oportunidades no ensino superior através da implantação de novas instituições e inserção de novas carreiras técnicas e tecnológicas. Na busca para amenizar a situação, políticos e empresários brasileiros organizaram, em 1968, um fórum sob o título “A educação que nos convém”. Uma das reflexões constituídas no fórum era de que a educação deveria estar a serviço das necessidades sociais, principalmente da indústria. Além disso, os empresários reforçaram a importância de direcionar a educação de nível médio a um ensino voltado para atividades profissionais específicas o que resultaria em um trabalho pedagógico mais objetivo. E em relação ao ensino superior, esse deveria estar voltado para preparação para o trabalho evitando-se “o fenômeno do universitário letrado e desocupado” (IPES, 1968, p. 77).

Logo, em 1971, foi aprovada a Lei de Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, nº. 5.692, que tornou, “de maneira compulsória, técnico-profissional, todo currículo do segundo grau” (MEC, 2009), configurando-se em mais uma alteração na estrutura educacional sob a influência do objetivo de preparação de mão de obra para engajamento no mercado de trabalho.

Assim, todas as escolas públicas que ofertavam o segundo grau obrigatoriamente tiveram que ofertar habilitação profissional. Para Canali (2009, p.10)

O que se conseguiu foi simplesmente não produzir nem a profissionalização nem o ensino propedêutico. A compulsoriedade se limitou ao âmbito público, pois as escolas privadas continuaram com os currículos propedêuticos, voltados para as ciências, letras e artes atendendo às elites.

Além dos reflexos excludentes, percebe-se que Lei Nº 5692 de 1971 não conseguiu alcançar o propósito de integrar plenamente o ensino secundário ao técnico, pois as escolas públicas não detinham de infraestrutura e recursos humanos e o currículo ao invés de enriquecer com a inclusão das disciplinas técnicas, tornou-se enfraquecido devido a redução dos conteúdos voltados para a ciência, artes e letras. Nessa mesma época as Escolas Técnicas Federais aumentaram significativamente o número de matrículas e a implantaram novos cursos técnicos. Em 1988, a restauração da democracia no país trouxe esperança de novos rumos à educação, que passou a ser motivo de intensos debates e posta como fator primordial ao desenvolvimento econômico do país, bem como à reestruturação do segundo grau e o ensino profissionalizante.

Em 1996, foi sancionada a Lei 9.394 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Segundo esta lei, o ensino médio, antigo segundo grau, passou a ser optativo entre o ensino médio de caráter propedêutico e o ensino médio de caráter profissionalizante. O ensino profissionalizante passou a ter um capítulo separado da educação básica, no qual uma das principais finalidades é conduzir o discente "ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva", "integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia" (BRASIL, 1996). A partir deste enfoque percebe-se que a nova LDB/1996 apresentou uma intenção de superação do caráter assistencialista e economicista do ensino profissionalizante, além de amenizar o preconceito social que a desvalorizava.

Apesar de a lei representar um avanço diante dessas superações, a nova estruturação do ensino profissionalizante, dada pelo Decreto nº 2208/1997, em que passou a ser constituído pelos níveis básicos - destinado à qualificação e reprofissionalização de trabalhadores- técnicos – voltado para habilitação profissional dos alunos do ensino médio ; e tecnológico- relativos aos cursos superiores, para alunos advindos dos cursos técnicos, foi considerada por alguns teóricos totalmente dissociada do ensino médio, que sob a oferta concomitante, realizado juntamente com o ensino médio ou subsequente, realizado posteriormente a conclusão do ensino médio, apresentou uma estrutura dualista e segmentada, que se configurou em um ensino técnico em formato de adestramento. (FRIGOTTO, 2007). Assim também para Kunzer (1997, 32), a legislação fortaleceu a oferta propedêutica, tornando-a “como a via preferencial para ingresso no nível superior,

permanecendo os velhos ramos [...] como vias preferenciais de acesso ao mundo do trabalho”.

Atualmente, o ensino técnico de nível médio é regulamentado pelo Decreto nº 5.154/2004, que mantém a oferta do ensino técnico na modalidade concomitante e subsequente, porém possibilita o ensino médio integrado ao técnico, sendo este resultado de discussões de reformistas na tentativa de “vencer a clássica dicotomia entre conhecimentos específicos e gerais, ensino médio e profissional”, assim “integrando a formação básica e profissional de forma orgânica num mesmo currículo” (CANALI, 2009, p.16).

Vale ressaltar, a atuação da Educação Profissional no país atualmente compreende uma recente política de expansão da Rede Federal de Ensino. A partir de 2008 foram implantadas novas unidades de ensino, conforme a Lei 11.892/08 que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, e criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Através dessa transformação, muitas Escolas Técnicas Federais passaram a integrar uma única autarquia. Assim, continuaram ofertando o Ensino Técnico-Profissionalizante, porém agregaram a oferta do Ensino Superior, priorizando a oferta de cursos superiores de licenciatura (formação de professores) e cursos de bacharelado e de tecnologia em áreas consideradas estratégicas. Com isso, os Institutos Federais passaram a ofertar diversos níveis de ensino em única instituição, e se estruturaram de forma multicampi e pluricurricular, apresentando um modelo de instituição educacional diferenciado das demais. Tornando-se, portanto um grande desafio para os institutos federais que atinge uma diversidade sociocultural e da oferta de níveis de ensino.

CAPÍTULO II

AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DE INCLUSÃO SOCIAL

1.2 Políticas de Inclusão Social na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

A educação tornou-se um dos principais espaços para a discussão e promoção da inclusão social. Pesquisas realizadas sobre o sistema educacional, tanto no país como internacionais, tratam da questão da pobreza e das desigualdades sociais. E a maioria delas aponta a educação como instrumento importante no processo de inclusão social, na promoção do desenvolvimento socioeconômico e na formação cultural necessária às exigências da sociedade atual.

Neste sentido, a educação pode atuar de forma preventiva e amenizar a exclusão social. Para isso, é necessária a oferta de uma educação de qualidade para todos, e que esteja atenta aos que se encontram em situação de risco, seja por questões de abandono ou retenção escolar.

Além disso, o acesso efetivo a uma educação de qualidade influencia no combate a reprodução das desigualdades sociais. Principalmente quando a educação escolar inclui aqueles que vivenciam situações de discriminações e preconceitos relacionados às diferenças sociais de gênero, étnicas, culturais e incapacidade.

Nesta perspectiva, a temática da inclusão social sempre esteve presente nas discussões que envolvem o papel da Educação Profissional e Tecnológica. Um dos seus eixos norteadores da SETEC/MEC (Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação,) é o fortalecimento do papel da EPT (Educação Profissional e tecnológica) no desenvolvimento nacional e nas políticas de inclusão social. Dentro dessa temática a intenção é promover políticas que fortaleça o acesso e a permanência a educação profissional, em todos os seus níveis e modalidades de modo que alcance igualmente, os diversos segmentos sociais, sobretudo aqueles que, historicamente, estão à margem das ofertas educativas.

Percebe-se que a própria oferta de educação profissional caracteriza-se por uma política de inclusão social. Ou seja, um dos seus propósitos maiores corresponde à superação da miséria e iniquidades sociais. (BRASIL, 2004, p.4).

Constata-se que este enfoque prevê uma educação que ultrapassa o sentido meramente instrucional. E ainda no que se refere à superação das desigualdades, esse princípio configura-se em uma política pública que leva em conta os determinantes sociais e econômicos. Pois, o reconhecimento da relação educação-sociedade na gestão de políticas fortalece a construção de uma educação inclusiva.

Ademais, estimular os educandos a refletirem sobre qual o seu papel na sociedade é também uma forma inclusão social e possibilita através da educação, instigar a reação contra as desigualdades.

Outro aspecto a ser considerado, diz respeito à abrangência da educação profissional a todos os segmentos sociais, sobretudo aos grupos menos favorecidos. É notória a expansão da educação profissional nos últimos. De acordo com dados do Ministério da Educação (BRASIL, 2012), até o ano de 2002 a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica era composta por 140 unidades. No final de 2010, a Rede Federal já era composta por 354 unidades situadas por todas as regiões do país.

Neste contexto, muitos jovens e adultos trabalhadores tiveram acesso ao ensino superior e a educação profissional. Portanto, com essa abrangência, o público que passou a frequentar a rede federal de ensino diversificou. Sujeitos que vivem tanto no centro quanto na periferia. Desempregados, pequenos empreendedores, operários, profissionais liberais e donas do lar, além de que, um número considerável deles não frequentavam a escola há muito tempo.

Percebe-se que programas como o PROEJA e PROEJA-FIC, (Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos) de nível médio e fundamental, CERTIFIC (Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada) que reconhece o conhecimento adquirido na educação profissional, inclusive no trabalho, como objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos, incentivaram muitas pessoas da classe trabalhadora e das periferias a retornarem aos estudos.

Conseqüentemente, os atores envolvidos neste processo se deparam diante de uma diversidade sociocultural. Com isso, as instituições federais de ensino tornam-se espaço privilegiado para as práticas educacionais inclusivas.

Assim vale ressaltar, que é necessário realizar um acompanhamento e avaliação da efetividade das políticas de inclusão nas instituições.

Enfim, conforme Bonassa (2011, p. 23) “é importante garantir a participação e controle social no processo, a fim de legitimá-lo, garantir o compromisso dos agentes implementadores e potencializar a efetividade social almejada pelas políticas públicas”.

1.3 Ações da Assistência Estudantil e o Auxílio Permanência

A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica tem ampliado a oferta de vagas por todo o território nacional.

De acordo com o capítulo anterior, essa expansão, resultou no atendimento a um público bastante diverso em faixa etária e renda, logo, abarcando um grande desafio: a inclusão social.

Nesse sentido, o desafio da inclusão social nas Instituições Federais de Ensino veem estabelecendo políticas de Assistência Estudantil que favoreçam a permanência e o êxito no percurso formativo e na inserção sócio profissional dos estudantes, particularmente para aqueles que necessitam das referidas políticas e/ou se encontram em situação de vulnerabilidade social.

Assim, a Assistência Estudantil tem sido foco de discussões e debates no âmbito da rede federal de educação Profissional.

A exemplo disso, a implantação do PNAE (Programa Nacional de Assistência Estudantil) conforme o Decreto nº 7.234/2010 dispõe sobre o que deve ser executado no âmbito do Ministério da Educação, com a “finalidade de ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública Federal” (Art. 1º).

Com base nesse decreto, verifica-se que a Assistência Estudantil é destinada aos jovens do ensino superior pertencente à rede pública federal, contudo nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia se estende aos discentes dos cursos técnicos de nível médio.

As ações do PNAES tornaram-se importante instrumento para o processo de inclusão social de discentes em situação de vulnerabilidade social, uma vez que as ações da PNAES visam “democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; reduzir as taxas de retenção e evasão; e contribuir para a promoção da inclusão social pela educação” (Decreto 7.234/2010, Art. 2º).

As ações previstas no PNAES dizem respeito às seguintes áreas: moradia estudantil, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico, acesso e participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação (Decreto 7.234/2010, Art. 3º).

Segundo o programa, cabe a cada instituição determinar como estas ações serão desenvolvidas e a maneira como serão distribuídos esses recursos, devendo sempre considerar o perfil socioeconômicos dos discentes

No Instituto Federal de Ciência e Tecnologia Farroupilha, a implementação da Política de Assistência Estudantil constitui-se pela Resolução Superior/IFFarroupilha Nº 12 de 30 de março de 2012. A Resolução prevê programas, projetos e ações de assistência estudantil.

Dentre essas ações o IFFarroupilha oferta Auxílio Transporte, Auxílio Complementar e o Auxílio Permanência, que integram princípios do Programa de Apoio e Permanência ao Estudante (Resolução Conselho Superior Nº14/2012).

Ressalta-se o Auxílio Permanência, objeto deste estudo, que visa principalmente contribuir para a permanência dos discentes que vivenciam situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Para integrar o Auxílio Permanência os discentes participam de um processo seletivo por meio de Edital no qual se deve comprovar renda *per capita* de até um salário mínimo e meio, sendo escolhidos os discentes com menor renda. No qual também pode ser solicitado por assistente social, maiores informações, através entrevistas ou visita a residência dos candidatos.

De acordo com o Artº9 do Regulamento dos Auxílios da Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha-Câmpus Alegrete, (RESOLUÇÃO CONSELHO SUPERIOR IFFARROUPILHA

Nº12/2013) os beneficiários recebem acompanhamento sistemático da equipe de assistência estudantil do câmpus.

Assim, apontamos alguns deveres dos beneficiários, segundo o Art 12º (lbdim): ser assíduo às atividades do curso, apresentando no mínimo frequência de 75%, zelar pelo seu desempenho não tendo reprovação e cumprir Regulamento disciplinar do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha-Câmpus Alegrete.

Neste sentido, o auxílio permanência não se trata apenas do repasse de um recurso financeiro, mas de uma ação de acompanhamento aos discentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica com a finalidade de amenizar o risco de evasão e retenção.

CAPÍTULO III

RESULTADO E ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES SOBRE O DESEMPENHO ESCOLAR DOS DISCENTES BENEFICIÁRIOS DO AUXÍLIO PERMANÊNCIA

3.1 Metodologia da pesquisa

Para o presente estudo, a abordagem qualitativa promove a análise de situações particulares, vivenciadas por um determinado grupo social, em que se busca captar a realidade, as expectativas e interesses dos diferentes sujeitos envolvidos na pesquisa. Nesta perspectiva, analisa-se quais as implicações do Auxílio Permanência no rendimento escolar dos discentes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha, Câmpus Alegrete-RS.

No decorrer do processo de coleta de dados, realizou-se um procedimento de categorização das informações, utilizando a metodologia de análise de conteúdo sugerida pelo autor Moraes (2003). Assim, a partir da construção dos significados das informações categorizadas e interligadas aos objetivos e à problemática proposta nesse estudo a fundamentação teórica foi se consolidando e ampliando.

Assim a categorização é um elemento essencial à pesquisa, sendo um dos processos mais criativos de análise do conteúdo (MORAES, 1999).

Logo, a partir da combinação dos métodos dedutivo e indutivo foram delineadas as categorias emergentes que serviram de suporte para a elaboração do texto final da pesquisa.

Em relação ao Auxílio Permanência, buscou-se respostas a questionamentos importantes acerca das necessidades/expectativas dos bolsistas, bem como os reflexos dessa política na formação dos discentes.

A pesquisa foi realizada no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha - Câmpus Alegrete - e envolveu discentes dos Cursos Técnicos Integrado ao Ensino Médio nas áreas de Agropecuária, Agroecologia e Informática. A Instituição esta localizada na zona rural há 28 km da cidade.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha - Câmpus Alegrete - conta com 76 docentes do quadro permanente, 19 temporários, 64 técnicos administrativos e aproximadamente 2560 alunos. Oferta cursos de ensino superior, bacharelado, tecnólogo e licenciaturas, cursos técnico na modalidade subsequente e cursos técnicos integrado ao ensino médio.

O corpo docente é qualificado, refletido pelo número de docentes com doutorado que representam 22,5%; mestrado representam 51,25%; especialização com 20% e graduação com 6,25%.

O nível sócio-econômico-cultural dos alunos é classificado pela escola como médio. Quarenta por cento dos discentes dos cursos técnicos integrado ao ensino médio são de outras cidades da região. Para isso, a instituição oferece 120 vagas para meninos e 36 vagas para meninas em uma Moradia Estudantil. Os discentes em regime de internato recebem toda a alimentação, assistência médica, odontológica e serviço de lavanderia gratuitos.

As fontes da pesquisa foram divididas em três categorias: os sujeitos, os espaços e os documentos.

Os sujeitos da pesquisa foram os discentes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha - Câmpus Alegrete. O espaço foi na própria instituição, onde foram aplicados o questionário individual, conforme horário marcado antecipadamente.

Os documentos usados para dar suporte teórico à pesquisa foram: o Plano de Desenvolvimento Instituição- PD; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB,1996); Resolução do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha Nº12/2012, que aprova a Política de Assistência Estudantil; Regulamento dos Auxílios da Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha - Câmpus Alegrete, e pesquisa bibliográfica com subsídios teóricos sobre a educação profissional.

Logo, definiu-se como instrumento de coleta de dados a aplicação do questionário individual com os discentes e posteriormente análise de documentos supracitados que indicaram a percepção da gestão escolar sobre as ações de inclusão social. Os discentes demonstraram boa vontade em relação à pesquisa e consideraram sua participação importante e que poderia resultar em benefícios futuros para instituição.

As entrevistas representaram um procedimento que objetivou levantar informações quanti-qualitativas. Foram aplicadas a vinte e quatro discentes dos Cursos Técnico Integrados ao Ensino Médio, correspondendo a 50% dos beneficiários do Auxílio Permanência do ano letivo de 2012, sendo que 16,4% dos discentes que receberam esse auxílio no início do ano letivo de 2013 foram transferidos e 6,4% evadiram.

Assim, partir da análise das respostas do questionário, realizou-se um diagnóstico do rendimento escolar dos discentes contemplados pelo o Auxílio Permanência no qual foram identificados as suas maiores dificuldades de aprendizagem.

4.1 O beneficiário do Auxílio Permanência, suas expectativas e desafios

O Instituto Federal Farroupilha - Câmpus Alegrete - passou por várias transformações históricas até constituir-se em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia conforme Lei nº 11.892, de 29/12/2008. Até o ano de 2008, o atual instituto era denominado Escola Agrotécnica Federal de Alegrete e ofertava dois cursos superiores e cinco cursos técnicos.

A partir de 2009, ocorreu um crescimento considerável, tanto na oferta de vagas quanto na ampliação dos cursos. Passou a serem ofertados um total de 8 cursos superiores e 9 cursos técnicos, nas seguintes modalidades: integrado ao ensino médio, subsequentes, Proeja (Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos) de nível médio e Proeja-Fic.(Formação Inicial e Continuada) de nível fundamental.

O maior número de vagas é ofertado pelo curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio, 120 vagas. A maioria dos discentes que se inscrevem nos Cursos Técnico em Agropecuária é oriunda da zona rural do município e de outras regiões como: Uruguaiana, Itaqui, São Borja, Santana do Livramento, Quaraí, Barra do Quaraí e Maçambará e Dom Pedrito. Conforme Relatório de Gestão da instituição do ano 2012, a maioria dos alunos é de nível socioeconômico médio. Também se identificou muitos discentes com uma renda *per capita* menor que um salário e meio.

Além disso, integram a família de pequenos e de alguns grandes produtores rurais da região, bem como alguns alunos são do Assentamento Rural dos Sem

Terra de Alegrete e Manoel Viana.

Percebe-se que muitos discentes são filhos de egressos da Instituição. Isso demonstra a influência familiar nas suas escolhas.

Os discentes dos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio estudam em tempo integral, ficando na escola manhã e tarde. Grande parte deles, são oriundos de outras regiões, moram na Moradia Estudantil da própria Instituição, ou em repúblicas estudantis próximas. Alguns discentes visitam as famílias nos finais de semanas, outros apenas uma vez por mês.

Assim, os discentes matriculados no Curso Técnico em Agropecuária, Técnico em Agroecologia e Técnico em Informática que participaram desta pesquisa, em sua maioria, estão inseridos nesse contexto.

A pesquisa observou os beneficiários do Auxílio Permanência contemplados no ano letivo de 2012. Percebemos que a maioria dos discentes participantes do Auxílio Permanência foi do Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio, o qual possui a maior oferta de vagas conforme supracitado.

Ao serem questionados sobre quais motivações levaram a ingressar em seus respectivos cursos, a maioria (90%) respondeu que o principal motivo de escolha foi por afinidade com o meio rural, os demais da área de informática que representam a minoria (12%) dos beneficiários entrevistados alegaram terem ingressado por questões profissionais ligadas ao mercado de trabalho.

Levando em conta a faixa etária do grupo entrevistado dos 14 a 18 anos, percebemos em seus discursos forte influência da família sob a escolha do curso. Segundo Silva (1992,p.77) “os pais têm, em relação aos filhos, determinadas atitudes, opiniões, sentimentos e valores que acabam por direcionar em grande parte a educação que lhes proporcionam”. Além disso, a identificação com a profissão foi norteadora de suas escolhas, contando que a maioria dos discentes que escolheram os cursos voltados para agricultura e agropecuária pertencem a zona rural e se identificam plenamente com as atividades do campo, segundo se observa em seus discursos.

Aluno A

“Escolhi o curso porque me criei para fora com criação de gado e no meio das máquinas e desde pequeno meus pais disseram que eu ia estudar na Agrotécnica.”

Aluno B

“Gosto da agropecuária e sempre tive vínculo com meio rural, ajudando meu

pai nas lida.”

A maioria dos entrevistados mencionou também como motivo de suas escolhas a oportunidade de trabalho, reflexo da busca de profissionalização e das exigências do mercado. Esta visão sobre suas escolhas torna-se compreensível contando ser essa uma característica difundida em nossa sociedade capitalista. Neste caso, a educação assume uma representação de sobrevivência em que muitas vezes acarreta em deixar de lado a realização e crescimento pessoal. Principalmente considerando a origem dos entrevistados, e demais discentes da instituição em sua maioria são de classe baixa e média, no entanto suas perspectivas passam por essa representação. Diante desses dados percebemos um dos maiores desafios da educação profissional, conforme Machado (2006, p 23)

À medida que a educação fica subordinada aos interesses do capital, fica evidente a existência de diferenciação da educação para classes dirigentes e classe trabalhadora. A manutenção desse modelo classista de educação torna-se entrave para a proposta de formação de um cidadão consciente e agente de mudanças que se pretende formar, especialmente em instituições de ensino profissionalizante, uma vez que tal organização tenta associar a formação geral à formação profissional; no intuito de preparar o trabalhador sem perder de vista o ser humano.

O Curso Técnico Integrado ao ensino médio, regulamentado pelo Decreto Nº 5.154/2004, no qual todos os integrantes da pesquisa estão matriculados, representa para educação profissional um avanço na superação da dualidade estrutural histórica existente entre ensino médio propedêutico e educação profissional de nível médio, conforme relatado anteriormente no Capítulo I, Educação Profissional, um Breve Histórico. É a proposta de ensino que melhor caracteriza esse desafio na Instituição: alcançar “a efetiva formação integral e unilateral dos sujeitos, a partir da articulação entre formação geral e profissional, da articulação entre formação técnica e política, da formação ética e do compromisso social” (GRABOWSKI, 2006). A exemplo disso, além das competências técnicas inerentes a educação profissional os cursos técnicos na modalidade integrado ao ensino médio, cursos alvo dessa pesquisa, identifica-se em seus Projetos Pedagógicos a presença de algumas competências que convergem para essa intenção:

- Atuem com base em princípios éticos e de maneira sustentável;

- Saibam interagir e aprimorar continuamente seus aprendizados a partir da convivência democrática com culturas, modos de ser e pontos de vista divergentes;
- Sejam cidadãos críticos, propositivos e dinâmicos na busca de novos conhecimentos. (Projeto Político Pedagógico do Curso Técnico em Agropecuária, 2010 p.18).

O PDI (Plano Desenvolvimento Institucional) da Instituição também faz referência a promoção de um ensino que ultrapasse o tecnicismo. Conforme sua missão a Instituição deverá “promover a educação profissional, científica e tecnológica, por meio do ensino, pesquisa e extensão, com foco na formação de cidadãos críticos, autônomos e empreendedores, comprometidos com o desenvolvimento sustentável.” (PDI 2009-2013, p.5). Além de considerar

[...] a ideia de implantação de um currículo verdadeiramente integrado tem relação com as demais políticas de visão progressista, no entendimento de que este contribua na formação de um ser humano que consiga perceber a realidade que o cerca e, sobretudo, intervir nos processos sociais, econômicos e culturais em que esteja inserido. (PDI, 2009-2013, p.71).

Outro aspecto presente no discurso dos discentes é o interesse em dar continuidade aos estudos em nível superior.

Aluno C

“Escolhi o curso porque queria ter uma base para cursar Agronomia (Faculdade)”.

Aluno D

“Optei pelo curso porque pretendo prosseguir meus estudos na Veterinária e vivo no meio rural”.

A partir desses relatos podemos considerar a presença de uma superação da historicidade e preconceitos à educação profissional, na qual historicamente foi marcada pela finalidade principal de preparar técnicos para o mercado de trabalho além de destinar-se àqueles que não fossem seguir carreiras universitárias.

Diante dessa categoria de análise em relação as motivações que os discentes tiveram para ingressarem nos cursos ficou evidente a expectativa de que o Curso Técnico lhes trarão mais oportunidades do que apenas o ensino médio, vinculado também a fator “experiência profissional” mencionado por um dos sujeitos da pesquisa que o discente já sai com experiência profissional devido as diversas práticas realizadas nas monitorias e UEPs (Unidade de Ensino Prático), além de uma base no prosseguimento dos estudos em nível superior.

Além disso, o atendimento a expectativa da família. “Associada à profissionalização, as famílias visualizam melhoria da vida de uma forma ampla quando imaginam que os filhos possam ocupar lugares que eles mesmos não conquistaram na vida social, na vida financeira e no próprio acesso ao conhecimento.” (TEODORO, 2009, p 12).

4.2 Discussão do desempenho escolar no contexto dos beneficiários do Auxílio Permanência

Em relação ao desempenho escolar a maioria dos discentes considera seu desempenho satisfatório, porém acreditam que pode melhorar, isto é, serem “mais esforçados”.

Em relação às dificuldades em acompanhar alguma disciplina a maioria respondeu apresentar dificuldades em Física e Química. E ao serem questionados os motivos, um número significativo de entrevistados alegou considerar que o ensino fundamental foi “fraco”. Cabe ressaltar que os discentes originam-se, em sua maioria, de escolas públicas e as deficiências dos estudos anteriores reflete em na aprendizagem do ensino médio, principalmente nas disciplinas que exige cálculos.

Esse fator não é nenhuma novidade, diversas pesquisas revelam que a educação básica no país tem os piores índices, a exemplo disso, o Brasil é o 53º colocado entre os 65 países no Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa) 2009, e na competência matemática o Brasil ficou abaixo do nível 1, o que significa que foi considerado que os estudantes não conseguem desempenhar as tarefas mais básicas de Matemática.

Diante desse desafio, se faz necessário que o docente desenvolva uma prática pedagógica reflexiva, levando em conta as influências culturais, políticas e sociais e econômicas, propiciando um espaço de formação transformadora, em que alunos e professores aprendam juntos.

A metodologia de ensino dos docentes também foi apontada como fator relevante nas dificuldades de aprendizagem dos discentes. Assim relataram alguns discentes:

Aluno E

“As aulas poderiam ser mais claras”

Aluno F

“O professor poderia usar vídeos e outras formas de ensinar, também acho que deveriam usar uma linguagem mais acessível”.

A insatisfação com a metodologia dos docentes revela que muitos professores ainda não possuem estratégias de ensino e aprendizagem. Segundo, Araújo (2004, p.5)

A postura do professor no exercício da docência requer conhecimentos e habilidades específicas ao bom desempenho da função. Isso significa que uma atuação dessa natureza exigirá conhecimento sobre processos de ensino–aprendizagem, metodologia de ensino, metodologia de avaliação, objetivos e outros, sem contar as inúmeras situações marcadas pela complexidade em que o professor precisa aprender, como diz Morin, “a navegar em mares nem sempre favoráveis”.(p.5).

Além disso, notou-se que a maioria dos discentes diante das dificuldades de aprendizagem recorrem primeiro aos colegas, depois ao professor e por último o setor pedagógico, mesmo que este setor seja voltado para estas questões.

Foi perguntado aos discentes se consideram que o Auxílio Permanência garante a permanência e o bom desempenho escolar.

Em relação à permanência, a maioria dos estudantes informou que o auxílio é muito importante, principalmente, como ajuda de custo do transporte escolar. Alguns revelaram que se não fosse o auxílio seria difícil continuar os estudos.

Cabe ressaltar que o Instituto Federal Farroupilha –Câmpus -Alegrete esta há 28 km da cidade o que torna o custo do transporte elevado. Além disso, muitos estudantes são de outras cidades da região e se deslocam para suas cidades de origem nos finais de semana.

Outro ponto relevante é o público-alvo deste auxílio o discente em condição de vulnerabilidade social, esta compreendida como situação de pobreza em uma dimensão ampla, não restrita somente a insuficiência de renda ou alimentação, mas abrange a insuficiência de políticas públicas, tais como educação, trabalho, lazer, entre outros.

Neste sentido, chamou atenção alguns relatos:

Aluno G

“O auxílio é muito bom podemos usar para gastos extras, comprar um lanche.

Aluno H

“Com o auxílio posso até comprar alguma roupa, mesmo que parcelado, porque o valor não é muito.”

Percebe-se nas respostas acima, mesmo que intrinsecamente, os reflexos do auxílio como ação efetiva de inclusão social em um sentido mais amplo, em que o beneficiário tem oportunidade do exercício de sua autonomia, aqui configurada como autonomia financeira, passando a atuar em espaços que antes da inserção no programa não seria possível, no caso ter acesso a uma alimentação diferenciada, aquisição de um bem, e o mais relevante que esse fato se deve através do estudo.

Esta interferência apresentou outro aspecto interessante, representado nos seguintes relatos:

Aluno I

“Alguns colegas utilizam o dinheiro com bobagens, eu prefiro investir em alguma compra ou com o próprio estudo.”

Aluno J

“Infelizmente tem colegas não utilizam a bolsa para o devido fim”.

A maioria dos discentes apresentou responsabilidade financeira ao demonstrarem preocupação em não gastar o valor recebido com supérfluos. O que demonstra uma influência significativa na construção da consciência cidadã.

Em relação ao desempenho escolar, alguns discentes pontuaram que se sentem na obrigação de terem um bom desempenho por receberem esta ajuda da Instituição.

Aluno L

“Estou sendo pago para estudar tenho obrigação de sair bem nas notas”.

Porém, interessante notar que a maioria dos beneficiários (98%) considera que a participação no programa não influencia no rendimento escolar, pois mesmo sem este repasse financeiro se esforçariam para terem eficácia nos estudos, que o auxílio é principalmente a uma ajuda no transporte; que se saem mal é devido falta de seu próprio esforço.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com as respostas do questionário podemos observar que o Auxílio Permanência enquanto proposta de ação de inclusiva apresentou influências significativas no que se refere ao exercício à cidadania, tendo em vista que os discentes participantes da pesquisa demonstraram consciência da importância do auxílio financeiro como um fator contribuinte para a sua permanência na escola e incentivo aos estudos. No entanto, verificou-se a importância de realizar um acompanhamento das ações da assistência estudantil, na perspectiva de compreender que os auxílios financeiros vão além do caráter assistencialista, e de que a pretensão dos mesmos é garantir um direito adquirido a partir de uma política pública. Neste sentido, necessita-se promover uma reflexão mais profunda que vá além da importância das compensações e incentivos financeiros, mas que proporcione maior sensibilização dos órgãos, gestores, de planejamento, na formulação de políticas e avaliações, não estagnando apenas na exposição das desigualdades escolares (ARROYO, 2010).

Observou-se que as implicações do Auxílio Permanência como um instrumento de garantia do bom rendimento escolar e qualidade na formação dos discentes beneficiários é restrito, pois os mesmos consideram, na sua maioria, que o recebimento do auxílio não influencia no desempenho escolar.

Porém as dificuldades de aprendizagem foram relacionadas pela falta de base, ou seja, um ensino fundamental considerado ineficiente, além de verificarmos as insatisfações dos discentes em relação ao trabalho docente. Diante dessa realidade verifica-se a necessidade de uma reflexão sobre ação pedagógica desenvolvida pelos profissionais da instituição. Vale ressaltar, a importância de a instituição oportunizar ao discente e ao professor estratégias de comunicação efetiva, estabelecendo confiança entre eles.

Além disso, o bom desempenho dos discentes também compreende esforços de toda a equipe de trabalho da Instituição. Os servidores de uma instituição educacional não se traduzem apenas na composição de técnicos administrativos e docentes hierarquicamente justapostos e setorizados, mas compreende pessoas com referenciais e valores que dão suporte aos objetivos da comunidade escolar.

Quando uma equipe de trabalho apresenta coerência e solidariedade é possível conquistar um espaço educacional qualificado.

No Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha - Câmpus Alegrete - a ação interdisciplinar torna-se possível a partir da integração de vários setores compostos por profissionais de diversas áreas, como a Coordenação de Atendimento ao Educando formada por psicólogo, assistente social e assistentes de alunos, o Centro de Saúde formado por médicos, odontólogos e enfermeiros e o Setor de Atendimento Pedagógico que compreende pedagogas e psicopedagogas que estão em contato direto com os discentes.

Portanto, a experiência advinda da Coordenação de Atendimento ao Educando e do Setor de Atendimento Pedagógico, através do atendimento direto aos discentes, quando compartilhada com os docentes pode tornar-se importante instrumento de trabalho para todos esses profissionais.

No entanto, uma ação de acompanhamento pedagógico multidisciplinar, que leve em conta a diversidade sociocultural, as influências da estrutura familiar, as transformações da sociedade, torna-se imprescindível, tanto nas questões de ensino quanto na eficácia da garantia da inclusão social por contemplar o direito a uma educação de qualidade.

APÊNDICE

Questionário

Gostaria de contar com a colaboração de você aluno com nossa pesquisa referente a Gestão Educacional no âmbito da Assistência Estudantil e Auxílios, a qual está veiculada ao Curso de Pós-graduação a distância Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional, desde já agradecemos sua atenção.

Nome/Curso:

- 1) Qual o motivo da escolha do curso?
- 2) Você considera seu desempenho escolar satisfatório?
- 3) Apresenta dificuldades em acompanhar alguma disciplina? Se apresenta, quais e qual o motivo?
- 4) A quem recorre quando encontra dificuldades nas disciplinas?
- 5) Houv reprovação em alguma disciplina em 2012?
- 6) Qual o motivo que atribui a sua reprovação nas disciplinas?
- 7) Você considera que o Auxílio Permanência garante a sua permanência e um bom desempenho escolar na Instituição?

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Hilda Mara Lopes. **Pesquisa, formação e prática docente.** ESPI/Faculdade Piauiense), 2004

ARROYO, Miguel. **Políticas Educacionais e desigualdades: à procura de novos significados.** Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em 06.08.2012.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. LDB - Lei nº 9394/96.

_____. . Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Políticas Públicas para a de Educação Profissional e Tecnológica.** Brasília, 2004.

_____.
Ministério da Educação. **Expansão da Educação Superior e Profissional e Tecnológica.** Brasília, 2013.

CANALI, H.B. 2009. **A trajetória da educação profissional no Brasil e os desafios da construção de um ensino médio inteirado à educação profissional.**

In: V Simpósio Sobre Trabalho e Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Anais. Disponível em:

<http://www.portal.fae.ufmg.br/imposionete/sites/default/> Acesso: em 09 maio.2013.

dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília:

FRIGOTTO, G. **A relação da educação profissional e tecnológica com a universalização da Educação básica.** *Educação e Sociedade*, Campinas: vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1129-1152, out. 2007. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 20 agost. 2013.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA. **Relatório de Gestão.** Alegrete. 2012.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA. **Regulamento dos Auxílios da Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal Farroupilha.** Santa Maria. 2013

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA. **Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal Farroupilha.** Santa Maria. 2012

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA, Farroupilha, Câmpus Alegrete. **Projeto Pedagógico Curso Técnico em Agropecuária na Modalidade Integrado ao Ensino Médio.** 2010. Disponível em:.

IPES. Biblioteca da Câmara. **A Educação que nos Convém.** Fórum organizado pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipês), out. – nov. 1968. Rio de Janeiro: Apec, 1969.

KUENZER, A. Z. **Ensino médio e profissional:** as políticas do Estado neoliberal. São Paulo: Cortez, 1997. 104p.

MACHADO, Márcia. **A evasão nos Cursos de Agropecuária e Informática /nível técnico da Escola Agrotécnica Federal de Inconfidentes-MG.** Dissertação (mestrado)- Universidade de Brasília- UNB, Faculdade de Educação, Brasília, DF, 2006.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação,** Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

MORAES, Roque. **Análise de conteúdo.** Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. *Ciência & Educação*, v.9, n. 2, p. 191-211, 2003.

PACHECO, Eliezer. **Uma Revolução na Educação Profissional e Tecnológica.** Brasília. Moderna, 2011.

SILVA, M. L. R. da, **Personalidade e escolha profissional:** subsídios de Keirsey e Bates para orientação vocacional. São Paulo, EPU, 1992.